

**Passados presentes do Movimento Farrroupilha.
Diálogos historiográficos entre Assis Brasil e Tristão de Alencar
Araripe**

Marcia de Almeida Gonçalves*
Nayara Emerick Lamb**

A historiografia oitocentista, no Brasil e nas demais sociedades americanas, instituiu-se por meio de um conjunto de valores e práticas fortemente apropriados por dirigentes e grupos engajados na construção e consolidação de identidades e pertencimentos nacionais. Veio a ser, assim, em larga medida, um campo de produção letrada atravessado por tensões e conflitos correlatos ao debate acerca das variadas formas de organizar os governos e as ordens políticas então instauradas. No caso específico de determinados movimentos sociais, suas memórias, histórias, heróis e heranças, prestaram-se a variados usos do passado, na criação de uma cultura histórica e de uma cultura política, fomentadoras, entre outros aspectos, da defesa de projetos para a intervenção nos impasses do tempo presente de nações e Estados nacionais.

Entre as muitas questões associadas aos processos de construção e consolidação dos Estados nacionais no continente americano destaca-se o debate acerca das proposições federalistas. No caso do Brasil, tais proposições seriam defendidas no contexto das reivindicações por maior autonomia e poder decisório, almejados por determinados grupos políticos regionais. A vitória do projeto regressista-conservador, ou projeto saquarema, nos termos das análises de Ilmar Rohloff Mattos¹, em meados do século XIX, representou a consolidação de ordem política monárquica, centralizadora e unitarista e, por conseguinte, o alijamento de atores e grupos de oposição deste modelo de organização da nação como corpo político.

* Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

** Arquivista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mestra em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

A despeito desse alijamento, no decorrer da segunda metade do XIX, grupos políticos regionais buscaram encontrar brechas no arranjo político nacional de natureza centralizadora que viabilizassem ampliar suas influências na direção do Estado. Nas décadas finais do século XIX, essa pressão foi mais formalmente levada a cabo pela denominada "Geração de 1870". Entre outras ações, esses indivíduos participaram ativamente da campanha abolicionista, assim como da campanha republicana, atuando diretamente nos processos que levaram à abolição da escravidão e à implantação da República, em 1888 e 1889.

Segundo Ângela Alonso, a "Geração de 1870" foi composta por indivíduos provenientes de setores distintos da população letrada, representando, em grande parte, os grupos "marginalizados politicamente" pelo arranjo centralizador orquestrado pelos Partidos Conservador e Liberal, em especial nas décadas de 1850 e 1860². Através de apropriações particulares de ideais cientificistas e liberais, de matriz europeia, os membros dessa geração desenvolveram críticas à política imperial vigente, assumindo posturas reformistas, vistas como necessárias para o desenvolvimento e modernização da nação. Essas críticas se materializaram também na escrita da história nacional, por meio, por exemplo, da seleção de eventos e personagens a serem lembrados, então entendidos por determinados letrados como símbolos mais representativos do povo brasileiro, propositalmente esquecidos por certa escrita da história dignificada pela tradição saquarema. Nessa nova seleção de experiências e personagens nacionais, a Farroupilha (1835-1845) e seus protagonistas adquiriram destaque na qualidade, por vezes polêmica, de movimento ícone na defesa da república e da federação no Brasil.

Declarada em 25 de setembro de 1835, a partir do *Manifesto* do General da Fronteira de Jaguarão, Bento Gonçalves da Silva, a Farroupilha só teve fim em 25 de fevereiro de 1845, a partir dos esforços pacificadores do, então, Barão de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva. Caracterizou-se como o mais longo conflito militar ocorrido em solo nacional, na primeira metade do século XIX. Nos quase dez anos de conflito, a

² A autora define precisamente cinco grupos à margem da ordem política imperial: novos liberais, liberais republicanos, positivistas abolicionistas, federalistas positivistas do Rio Grande do Sul e federalistas científicos de São Paulo. Cf: ALONSO, Ângela. Apropriações de Ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 90.

“*revolta beligerante*”, como nomeada pelo presidente deposto Antonio Rodrigues Fernandes Braga, foi convertida de uma revolta personalista, empreendida contra as forças e pessoas estabelecidas no poder da província do Rio Grande pela Corte do Rio de Janeiro, em um movimento de caráter republicano e separatista, defensor do ideal federalista.

Enquanto movimento contestador da ordem política imperial saquarema, em especial pela defesa do ideário republicano e federalista, a Farroupilha foi então tematizada, em termos historiográficos, por atores da “Geração de 1870”. Novos significados para a “*revolta beligerante*” vieram a ser urdidos, na perspectiva de encontrar no passado nacional os exemplos dignificadores e valorizadores das reformas em pauta no último quartel do século XIX.

Debates historiográficos e “representificações” da Farroupilha

Membro ativo da “Geração de 1870”, Joaquim Francisco de Assis Brasil, foi forte representante de sua região, o Rio Grande do Sul, nas transformações e reformas pleiteadas para o Império do Brasil, na conjuntura do momento posterior ao enfrentamento militar com o Paraguai (1864-1870). Nascido em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em 1857, e falecido aos 81 anos, em 1938, no município de Pedras Altas, também no Rio Grande do Sul, Assis Brasil participou de toda a experimentação política vivida por sua geração, elaborando ideário político influenciador da concepção republicana e federalista, desejado por alguns como novo modelo para a nação brasileira. A longevidade de sua carreira política³ e sua profícua produção intelectual⁴ são indicadores de sua intensa participação no processo de transformação social vivido

³ Assis Brasil foi Deputado Provincial (1884-1888), Deputado Constituinte (1890), Ministro Plenipotenciário na Argentina (1890), enviado na China (1893), Embaixador em Lisboa (1895), Ministro Plenipotenciário nos EUA e no México (1898), participou ativamente na *Revolução Federalista* (1893-1895) ao lado dos Maragatos contra os Pica-Paus, seguidores de Julio Prates de Castilhos. Participou também foi da *Revolução de 1923*, quando sua candidatura para governador do Rio Grande do Sul foi negada pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), na disputa contra o então governador Borges de Medeiros. Foi Deputado Federal na Constituinte (1933) (LAROUSSE, 1978, Vol. 02: 560).

⁴ Principais publicações: *Chispas* (1877), *Oportunismo e Revolução* (1880), *A Republica Federal* (1881), *História da Republica Rio-Grandense* (1882), *Unidade Nacional* (1883), *Democracia Representativa: do voto e da maneira de votar* (1893), *Do Governo Presidencial da Nossa Republica* (1896), *a Cultura dos Campos* (1898), *Ditadura Parlamentarismo Democracia* (1908). Cf: BROSSARD, Paulo. **J. F. de Assis Brasil**. Brasília: Senado federal, 1989. 383-385.

pela sociedade brasileira, em especial, na qualidade de observador e ator desse processo em sua região natal, o Rio Grande do Sul.

Entre sua vasta produção intelectual e política, destacamos sua obra *História da República Rio-Grandense*, publicada em 1882⁵. Nela materializou-se a valorização do Movimento Farrapo associada ao projeto reformista de adeptos do federalismo. *História da República Riograndense* de Assis Brasil foi escrita sob encomenda do clube *Vinte de Setembro*, para as comemorações do 47º aniversário do Movimento Farroupilha. Fundado em São Paulo por jovens gaúchos da Faculdade de Direito, o clube era composto por sócios beneméritos e reunia, segundo Fábio Rausch e Antonio Hohlfeldt, defensores do republicanismo e em especial do ideário federalista⁶.

Considerada a segunda obra historiográfica escrita sobre a temática da Farroupilha e primeira produzida por um riograndese, *História da República Riograndense* é abertamente uma resposta à obra *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*⁷, de Tristão de Alencar Araripe, primeira a ser produzida sobre o referido movimento⁸.

Tristão de Alencar Araripe nasceu na cidade de Icó, no Ceará, em 1821, e faleceu no Rio de Janeiro em 1908. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1845, participou ativamente da vida política do Segundo Reinado⁹, sempre como representante do Partido Conservador. Entre sua vasta obra, constam títulos referentes à

⁵ BRASIL, Assis. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882. 211p.

⁶ RAUSCH, Fábio & HOHLFELDT, Antonio. *Jornal A Federação*, o difusor da propaganda republicana gaúcha. In: **Revista Signos**, ano 28, nº1, p.7-27, 2007. Disponível em: http://www.univates.br/files/files/univates/editora/arquivos_pdf/revista_signos/ano28_n1_2007/2_Jornal_A_Federacao_ok.pdf. Acesso em: 01/03/2013.

⁷ ARARIPE, Tristão Alencar. **Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881. 250p.

⁸ Vale resaltar que mesmo antes da publicação dessas obras já haviam sido publicadas memórias de ex-combatentes e mesmos documentos da época, no entanto nenhuma dessas publicações podem ser referenciadas como historiográficas, nos termos da proposição de análises fundamentadas em documentação acerca do referido episódio.

⁹ Araripe ocupou diversas legislaturas na Assembléia Geral como representante do Ceará; foi chefe de polícia no Espírito Santo; Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império; Conselheiro do Imperador; Presidente de Província no Rio Grande do Sul; Presidente de Província no Pará. Cf: TAPAJÓS, Vicente & TÓRTIMA, Pedro. **Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros: Vol. 4- Sócios falecidos entre 1881/1920**. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. 15-16.

legislação civil e penal, assim como artigos e análises de obras publicadas¹⁰, e obras de historiografia¹¹. Em 1876, foi presidente da Província do Rio Grande do Sul, cargo que lhe permitiu o acesso e recolhimento de documentos¹² necessários para a escrita de *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*¹³.

Escrito para ser lida nas sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ao longo do ano de 1880¹⁴, *Guerra Civil no Rio Grande do Sul* foi publicada na íntegra em 1881 pela Editora E. & H. Laemmert, no Rio de Janeiro. Foi então reconhecida como a primeira análise a sistematizar o tema da Farroupilha. Sua recepção crítica, todavia, foi diversa. Pelos núcleos letrados do país, incluindo-se a sede do Império no Rio de Janeiro, o acolhimento foi de bom grado. Na província do Rio Grande, muitas foram os senões ao conteúdo e a análise ali apresentada sobre o movimento de 1835. Carlos Von Koseritz, na Gazeta de Porto Alegre apontou que “Desde a primeira até a última página do livro, ouve-se ali a voz da legalidade, esta voz, ainda saturada das paixões do momento, injusta sempre, e frequentemente cruel para com os rebeldes da Esparta do Sul”¹⁵.

Tais senões à obra, em parte, não podem ser desacreditados. Araripe não hesitou em desmerecer as motivações do conflito e a rasgar elogios à tenacidade e obstinação do governo Imperial em não abrir mão de sua vastidão e integridade territorial. Em sua interpretação o autor divide a Farroupilha em três épocas: a da *Sedição*, a da *Rebelião* e a da *Sujeição*. Tal visão já esclarece a forma como o autor interpreta o conflito e seu término.

Uma das ideias mais defendidas por Araripe refere-se ao fato de que a república instituída não representou a visão da população da província, mas somente os

¹⁰ Entre essas obras, menciona-se: *Ligeira Análise do folheto publicitário na Corte sob o título: O Rei e o Partido Liberal*, de 1869, em Recife; *Notícias sobre a Maioridade*, de 1882, no Rio de Janeiro.

¹¹ Obras como: *Como Cumpre Escrever a História Pátria*, publicada em 1876 no Rio de Janeiro; *O elemento servil*, de 1871, Paraíba do Sul; *História da Província do Ceará*, de 1867, Recife.

¹² Documentação hoje sobre guarda do IHGB, sob título ACP ALENCAR ARARIPE (nº09).

¹³ TAPAJÓS, Vicente & TÓRTIMA, Pedro. **Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros: Vol. 4- Sócios falecidos entre 1881/1920**. Rio de Janeiro: IHGB, 1993.

¹⁴ Cf: Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1880, Tomo XLIII, Parte II. 115-364.

¹⁵ KOSERITZ *apud* ARARIPE, Tristão Alencar. **Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881. APRESENTAÇÃO.

interesses particulares dos revoltosos. Para tal, Araripe cunha a expressão que adquiriu uso corrente: *República de Piratini*, a república dos caudilhos rio-grandenses. Na defesa dessa ideia, Araripe afirma que “Os Riograndenses, pois parece não terem tido jamais o pensamento definitivamente assentado de separação da nossa nacionalidade, salva a pequena fração dos agitadores idealistas”¹⁶. E acrescenta “[...] se a república fosse então uma exigência real no Rio-grande do Sul, ela praticar-se-ia pelo consenso poderoso da vontade nacional única que legitima os atos de interesse comum”¹⁷.

Nesses termos, os dirigentes do movimento e sua ideologia são apresentados como um grupo de caudilhos e agitadores que não representavam a população da província, mas sim seus interesses privados, como fica evidente em sua argumentação quanto ao cessar do conflito em 1845:

Não era o vencimento da causa republicana, que tornava inútil a empenhada luta; não era o aniquilamento das forças defensoras dessa mesma causa, que impossibilitava a contenda: o que incitava os rebeldes a depor as armas, não era nada disso; era sim a satisfação do orgulho pessoal, e a aceitação de condições vantajosas de interesse privado, o que determinava para os rebeldes a paz e a cessação do derramamento de sangue dos seus concidadãos¹⁸.

A preocupação com o movimento Farroupilha está presente na obra de Araripe, que, para além das críticas aos interesses pessoais das principais lideranças, aponta o valor e “[...] a importância de um acontecimento, que trouxe a separação de parte do território brasileiro para construir governo independente por um decênio”¹⁹. A seu ver, contudo, ainda não era o tempo de escrever sua história, pois a proximidade dos eventos impediria uma completa apreciação dos fatos, sendo, portanto, perigosa. Nas suas palavras:

Ainda não temos a historia da época deste sucesso, nem é ainda tempo de escrevê-la, visto não ter ainda chegado o remanso das paixões para que o escritor, como juiz imparcial, possa expender a verdade sem preterir considerações individuais.

¹⁶ ARARIPE, Tristão Alencar. **Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881. P. 09.

¹⁷ Ibid.: P.08.

¹⁸ Ibid.: P.11.

¹⁹ Ibid.: P.13.

Escrever dos contemporâneos, emitindo juízo, é correr o perigo de exagerar a apologia pela amizade, ou engendrar censuras pelo ódio²⁰.

Para o autor a relevância de sua obra estava em identificar “[...] a necessidade de sua época de conhecer e apreciar o fato em suas causas, progresso, e terminação”²¹, mas não identifica este processo como a *escrita da história*, o que certamente explica sua escolha pelo termo *memória* na nomeação da obra²².

No nosso entendimento, a interpretação de Tristão de Alencar Araripe sobre a Farroupilha promoveu, naquele momento conturbado do Império do Brasil, nos idos da década de 1880²³, a proclamação de que “O triunfo definitivo da força unitária entre nós foi de vantagem capital para o Império”²⁴, defendendo, com este argumento, não só a vitalidade da unidade territorial do país, mas também, o empenho do Império Brasileiro nesta luta ao longo de sua história e a importância da manutenção deste ideal, apontando assim os riscos que adviriam caso este empenho não fosse executado ou não tivesse sido vitorioso. Nas suas palavras:

Se a rebelião rio-grandense ficasse vitoriosa, o exemplo daria argumento a novas tentativas para o esfacelamento da nossa unidade e política.

Pernicioso seria esse exemplo, já porque ele subsistia pela perda de importante porção do território nacional, e já porque denotava a debilidade da força central para manter a nossa comunhão social.

As democracias vizinhas seriam tentadas a novas seduções, atenta a natural tendência dos princípios políticos em procurar assimilar a si tudo quanto os rodeia, em razão do instinto da própria conservação e segurança.

²⁰ Ibid.: P.13.

²¹ Ibid.: P.13.

²² O conceito de Memória, nos termos do que então era publicado na Revista do IHGB, abrangia desde a coletânea documental a textos analíticos acerca de temáticas variadas, entre assuntos referentes à geografia, à etnografia e a experiências e acontecimentos históricos variados. O cuidado de Tristão de Alencar Araripe é também, naquela conjuntura, expressão de algumas das mudanças que afetavam o campo da escrita da história no que se refere aos debates acerca da própria cientificidade do conhecimento histórico, de acordo com perspectiva metódica, também genericamente denominada de positivista. Nesse caso, como denotam as considerações de Araripe, evidencia-se a questão da objetividade traduzida na isenção, na neutralidade e no afastamento temporal do historiador com relação aos fatos do passado.

²³ Vale sentido mencionar os tumultos e agitações vivenciados no espaço público das ruas da Corte no Rio de Janeiro, em geral associados ao movimento republicano e ao movimento abolicionista.

²⁴ Ibid.: P.204.

É para mim dogma de fé política a vantagem da nossa integridade territorial, qualquer que seja a forma de governo, sob que vivamos²⁵.

Dessa forma, a obra de Araripe firmou-se como a primeira de uma linha de raciocínio que entendeu o movimento político-militar Farrroupilha como uma guerra-civil desnecessária, que, mesmo mostrando a tenacidade da parcela da população envolvida, ao fim, não pôde conter o destino anunciado para o vasto Império do Brasil, qual seja, manter-se uno e completo, restando aos revoltosos, à sujeição à vontade do todos e a preservação do todo.

Publicada no ano seguinte à obra de Tristão de Alencar Araripe, a de Assis Brasil é uma resposta a mesma, em debate claro e direto. Assis Brasil busca rebater as críticas que Araripe havia levantado contra seus patrícios e exprime certa indignação de parte da população letrada da província do Rio Grande, como dos membros do clube *Vinte de Setembro*. Nas palavras de Assis Brasil:

De trabalhos já publicados, servi-me principalmente da excelente monografia do Sr. Desembargador Araripe, obra de grande mérito, porque é a verdadeira construção com elementos que estavam dispersos e desconexos; conquanto me ache em fundamental discordância com as ideias do autor e mesmo quanto à exatidão dalguns fatos, devo confessar que no seu livro aprendi mais do que em parte alguma, além de ter nele bebido a inspiração de escrever o meu²⁶.

História da República Rio-Grandense é composta por cerca de 200 páginas divididas em uma nota introdutória, uma breve introdução e 08 capítulos²⁷. A publicação foi o primeiro volume da obra que buscava começar a narrar com precisão a história daquele que foi um dos confrontos mais sangrentos e marcantes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Suas páginas procuram abranger desde o início do movimento, que para o autor se deu em 1831 com a abdicação do Imperador D. Pedro I, até a eleição do presidente e ministros da recém proclamada República Rio-grandense, na cidade de Piratini, em 06 de novembro de 1836. No primeiro capítulo²⁸, o autor faz

²⁵ Ibid.: P.204.

²⁶ Ibid.: P.IX.

²⁷ BRASIL, Assis. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882. P.VII-X.

²⁸ Ibid.: 01-47.

uma longa explanação das condições de formação e organização, política, social e geográfica, da província e sua população, na intenção de compreender as influências sofridas pelo povo que deflagrou o conflito.

Entre as respostas de Assis Brasil às afirmações de Araripe, está a defesa de que a Farroupilha foi a reação do homem do sul àqueles que buscaram destruir seu meio de vida e o mundo tal qual estavam afeiçoados. Ao fazer uso das contemporâneas teorias sobre a importância do meio na construção do indivíduo e de sua sociedade, Assis Brasil argumenta que:

Quando a revolução de 1835 se foi preparando no animo da província, já esta possuía um caráter propriamente seu, usos, costumes e tendência característicos. Era mesmo esse o tempo da maior originalidade: as forças naturais haviam realizado a sua evolução completa e a civilização não lhes tinha ainda modificado os efeitos. Datava de pouco mais de um século a existência da província, e é verdade que esse tempo é minimamente estreito para a realização dum fato desta ordem, que regularmente exige o curso de muitos séculos; por isso mesmo é preciso, para conciliar os princípios com a realidade, considerar as propriedades e condições enérgicas do meio em que a nova população se formou e as disposições particulares para afeiçoar-se a esse meio que os elementos constitutivos dela ofereciam²⁹.

O autor afirma ainda que o único motivo do Império do Brasil não ter apoiado os ideais do movimento relacionava-se a mal entendidos no primeiro momento da revolta, por conta de uma série de boatos espalhados pelos inimigos da *causa* e do Brasil, para posteriormente ser tarde demais para uma reconciliação entre as partes. De acordo com Assis Brasil:

Só uma esperança se havia desvanecido no coração de todos: era a de reconciliação com o governo legal. Reforços contínuos de gente e de petrechos bélicos iam chegando do Rio de Janeiro, onde o ódio partidário mais do que o amor da pátria desenhava os revolucionários como feras sedentas. O governo temperava os seus atos por essas informações parcialíssimas [sic]. Quase toda a população da província pertencia à revolução; os que a combatiam eram pela maior parte filhos doutras províncias, de Portugal ou doutros países. Revoltava-se a fibra do patriotismo riograndense. Entregar as armas esterilizando a revolução de setembro, sujeitando-se às longas violências duma reação infalível, ainda que velada pela anistia, entregando-se a discricção de estrangeiros, – repugnava aos chefes patriotas. Era, por outro lado, impossível a reconciliação conveniente entre os dois partidos cada um dos quais se supunha

²⁹ Ibid.: 21-22.

vencedor. Mas o que acima de tudo se tornava insuportável era a continuação do atual estado de coisas que apresentava a perspectiva de uma guerra indefinida, ou duma derrota certa.

Esses eram os sentimentos que trabalhavam o animo dos revolucionários. Todos perceberão logo e ao mesmo tempo que só havia um caminho que apresentava a saída de tantos embaraços: era a separação da província do grêmio brasileiro [...]³⁰.

Uma das ponderações de Assis Brasil refere-se à perspectiva de que a revolta não passou de um movimento de caudilhos, uma *República de Piratini*, como havia pontuado Araripe na obra anteriormente mencionada. Assis Brasil tiliza então a ideia da *República Riograndense*. Nas palavras de Assis Brasil:

Disse [Antônio de Sousa Neto] [...] que o Rio Grande, desligando-se do Brasil, formaria um estado livre e independente, sob a forma republicana, mas que conservaria o amor antigo aos irmãos brasileiros e aceitaria em qualquer tempo a confederação de todas as outras províncias que se colocassem nas mesmas condições políticas; que a grande maioria dos riograndenses, sendo pela revolução, apenas hostilizada por estrangeiros, era também necessariamente pela independência [...]³¹.

Assis Brasil argumenta que a alcunha de movimento de caudilhos não passava de uma maneira de desacreditar os ideais revolucionários do processo farrapo, retirando-lhe o brilho.

Acusa-se Neto de arvorar-se em árbitro da vontade da população inteira. Mas não pode haver acusação mais banal. Toda a iniciativa há de partir dalgum ponto. Não foi também o seu brado um rasgo de militarismo ou de caudilhagem. Neto e os que o cercavam eram cidadãos armados; não eram soldados. Não era Neto um aventureiro, mas cidadão respeitável, ordeiro e calmo, rico e independente. Acusem-no de erro: é outra questão, que pode ser discutida e resolvida. Mas é preciso que duma vez para sempre se varram do terreno da história mesquinhas insinuações malignas, que deslustraram a soberana majestade. Os homens da revolução não encetarão como republicanos o notável movimento de setembro. Se nesse caráter o tivessem começado, tomado com segurança as necessárias posições no momento em que, expulsas as autoridades legais, tiveram a província inteira fechada nas mãos, talvez o império [...] se tivesse obrigado a renunciar a restauração do Rio Grande³².

³⁰ Ibid.: 161-162.

³¹ Ibid.: 162-163.

³² Ibid.: 164-165.

Acrescenta Assis Brasil que a ideia de separatismo teria sido um artifício dos inimigos para difamá-los:

Isso era além dum erro político, uma injustiça: nunca os homens que fizeram a revolução pensaram, antes dela, na separação da província; tratavam sim de estabelecer a federação em todo o país, o que também era ideia comum a todos os brasileiros mais ilustres daqueles tempos. [...] Ainda mesmo depois que o império das circunstâncias obrigou os riograndenses a proclamarem-se independentes, em todos os atos oficiais do efêmero governo em que havia referencia a separação da província, aparecia mais ou menos explicita a mesma ideia da federação³³.

Assis Brasil referendava assim a mesma proposta que Bento Gonçalves da Silva se utilizou no Manifesto de 1835, no qual declarava ser a revolta, brasileira e sem fins separatistas, somente tendo corrido com seus homens

[...] às armas depois de haver esgotado todos os meios, que a prudência e o amor à ordem [...] sugeria [...] para sustentar em sua pureza os princípios políticos [...] para livrar a província das mãos de um inepto administrador [...]³⁴.

Em especial Assis Brasil enfatizava uma chave interpretativa: a de que os revolucionários não buscavam simplesmente a autonomia da província, mas sim expandir “a ideia da federação” para o restante do país. Por meio dessa ênfase, Assis Brasil associou o Movimento Farroupilha aos ideais políticos de grupos de sua contemporaneidade, significando a Farroupilha como uma das experiências vitais da história nacional simbolizadora da adequação do federalismo para a sociedade brasileira, em especial para a os habitantes da província do Rio Grande, anunciadores e antecipadores da federação como vontade nacional.

No lugar da designação separatista, Assis Brasil apresenta o que seria a maior causa e o melhor princípio: a *Federação Brasileira*.

Uma organização baseada nos elementos naturais, uma organização federativa, para dizer tudo, estabelecida no tempo oportuno, na qual os grandes órgãos deste extraordinário país exercessem livremente as suas funções próprias, cooperando livremente também para a vida do todo [...]³⁵.

³³ Ibid.: 73-74.

³⁴ SILVA, Bento Gonçalves da. Manifesto de 25 de Setembro de 1835. “In”: BRASIL, Assis. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. P.195.

³⁵ Ibid.: 36-37.

Federação, que para o autor era o espelho da liberdade, significando a defesa do direito de ser livre e independente, não só politicamente, mas também individualmente:

Não estava definida, mas estava patente em todos os espíritos a convicção de que o mal de que mais dolorosamente sofria a província era a falta da liberdade. Liberdade que quer dizer o poder de viver soberanamente por si naquilo que só a si diz respeito. Estava rasgada a senda da Federação³⁶.

Como argumento, o ideário da *Federação*, tal qual defendido por Assis Brasil, permeou toda uma linha historiográfica que defendeu as causas e os ideais da Farroupilha, e que, na época da publicação da obra, encontrava seus mais ardorosos partidários justamente na geração republicana da qual Assis Brasil fazia parte.

No nosso entendimento, a obra de Assis Brasil quis realizar uma espécie de apoteose, por meio da Farroupilha, da federação republicana, dialogando com os que, na década de 1880, defendiam esse projeto nos salões, clubes militares, academias e faculdades. Ao levantar e defender a bandeira da federação como o ideal supremo dos Farrapos, Assis Brasil demarcou o espaço dos homens do Sul como vanguarda do movimento republicano e edificou a Farroupilha como palco primeiro desse movimento nas terras brasileiras.

Para o autor, a Federação, como modelo racional, era a causa almejada que ainda não havia sido satisfeita. E mais, os conflitos que mais haviam abalado a história nacional também a tiveram como meta. Entre esses, a Farroupilha foi o mais característico pela clareza do ideário. Segundo Assis Brasil:

É convicção minha, fortalecida cada vez mais pelo estudo e pela meditação, que as revoluções mais importantes que abalarão outrora o país, e cujo ideal ainda não foi satisfeito, tiveram como causa principal a necessidade do estabelecimento do sistema racional da federação, que também se pode chamar – sistema de liberdade, porque a liberdade é a ordem de acordo com as precisões da natureza. A revolução riograndense, que deu em resultado a república, é nesse sentido a mais característica³⁷.

Assim como Araripe, a preocupação com a escrita da história informa a obra de Assis Brasil. Diferentemente daquele, este autor delega para si não só o direito de

³⁶ Ibid.: 47.

³⁷ Ibid.: VII.

escrita daquela história, mas também seu dever, sendo fundamental a compreensão daqueles eventos, de forma que esclarecesse os fatos e sua índole: “Encontrei-me, por isso, com dobrado trabalho: além do de historiar os fatos, ainda o de tornar saliente a índole deles.”³⁸. Acreditava assim estar expressando a visão que o homem esclarecido do sul tinha daquele evento e gravando, mais do que os acontecimentos do movimento Farroupilha, os valores daquela população, ao afirmar que

Empreendo escrever a historia da Republica Riograndense, estado efêmero, erguido a extrema meridional do território brasileiro e cuja tumultuosa existência, constantemente hostilizada pelas armas do império, não conseguiu transpor o seu período de formação. Nunca a bravura, a constância e as virtudes cívicas, servidas por homens de minguada educação, deram de si mais surpreendente espetáculo do que nessa luta de cerca de dez anos, que ao espírito do historiador evoca a tradicional tenacidade dos povos antigos.

Numerosa e várias foram as revoluções que agitarão os primeiros dias da nação brasileira, de norte a sul; nenhuma delas, porém, lhe deu tão sério trabalho na repressão, nenhuma exigiu tão consideráveis sacrifícios, nenhuma colocou em tão iminente perigo a integridade nacional – como a revolução riograndense³⁹.

Mas mais do que narrar os fatos e acontecimentos do movimento, Assis Brasil acredita ser seu o dever defender a província e demarcá-la como espaço crucial do surgimento de alguns ideais: “Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso, ainda mesmo aquelas circunstancias que á primeira vista representam um estorvo”⁴⁰. Ao propor a narrativa dos conflitos do movimento Farroupilha, o autor acreditava estar propondo a narração do momento principal daquela província e de seu povo, confundindo ambas no mesmo extrato revolucionário que defendera naquela luta, a seu ver, vanguardista, um ideal considerado, nas décadas finais do XIX como superior, delimitando e esclarecendo a relevância da região a partir da especialidade daquele evento chave. Para Assis Brasil:

Esse foi o teatro, descrito tão resumidamente quanto possível, em que se empenhou longa e porfiada luta de que este livro será pálida e imperfeita narração. Quem nasceu e viveu nessa terra, em que a própria natureza tem um singular aspecto de máscula generosidade, não pode deixar de amá-la com amor fanático: já tornou-se proverbial a adoração do riograndense pelo seu torrão natal,

³⁸ Ibid.: VII.

³⁹ Ibid.: 01.

⁴⁰ Ibid.: 12.

o orgulho muitas vezes imprudente, porem sempre naturalíssimo [sic], com que ele a coloca acima de todas as províncias irmãs. Há terras assim, que exercem tal influencia sobre os seus filhos – que os chegam a identificar consigo⁴¹.

Narrar o conflito Farrapo foi, para Assis Brasil, narrar o Rio Grande do Sul, seu povo e seus vínculos de pertencimento a terra natal, permitindo a construção de um ideal que perduraria nas gerações seguintes e que deveria delimitar um valor especial àquela província frente às outras.

A obra de Joaquim Francisco de Assis Brasil, escrita antes dos 24 anos de idade do autor, consagrou-o não só como defensor de uma “causa Farroupilha” – a da federação brasileira e da liberdade regional –, como também como especialista prestigiado da história da província do Rio Grande. A obra anunciada para possuir mais de um volume, limitou-se ao primeiro. De toda forma, a obra foi qualificada pelo autor como preparatória, tendo este prometido para breve a edição definitiva. Promessas que não se cumpriram. Segundo Assis Brasil, a incompletude da obra no momento da publicação foi associada

A estreiteza do tempo de que me foi possível dispor para a confecção deste primeiro volume obrigou-me a entregá-lo ao prelo sem que ele satisfizesse ainda plenamente o meu desejo, sobretudo quanto à narração dos sucessos. Escrevia para o Club [sic] Vinte de Setembro que tem de apresentar a obra em publico em dia determinado. Por isso denominei esta edição – preparatória. Espero poder muito breve dar a definitiva, com a vantagem de já me servir para ela das correções que as pessoas habilitadas fizerem a esta.

[...]

Para os volumes que se seguirão a este foi que mais me auxiliarão essas contribuições [documentos originais e testemunhos, ambos cedidos por cidadãos que os viveram]⁴².

Na obra de Joaquim Francisco de Assis Brasil, podemos identificar a intencionalidade de demarcar, na produção historiográfica e letrada da época, a visão regional para os fatos narrados. Uma visão marcada pelo valor positivo dado aos ideais políticos da Farroupilha e ao Rio Grande do Sul como *locus* primeiro de irradiação desses ideais. Do mesmo modo, podemos identificar um forte referencial político

⁴¹ Ibid.: 12.

⁴² BRASIL, Assis. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. P.VII-VIII.

republicano e principalmente federalista sendo claramente vinculado aos ideais farrapos, então registrados como história verossímil, educadora e formadora de opinião.

Imagens da Farroupilha e Cultura Histórica

As duas obras historiográficas então apresentadas nos permitem indagar sobre as bases sobre as quais a história da Farroupilha firmou-se no imaginário regional e nacional, assim como traçar considerações sobre as linhas de interpretação do tema na historiografia brasileira. Cada uma dessas obras veio a representar um momento da história da historiografia e da análise empreendida sobre o conflito, cada uma delas, a sua maneira, construindo versões e qualificações para a Farroupilha que seriam apropriadas pela produção historiográfica posterior.

Tanto na obra de Araripe quanto na de Assis Brasil, se evidenciam usos políticos para a história e a memória do movimento político-militar Farroupilha. A obra de Araripe demarca o uso político daquela experiência histórica ao condicioná-la como vitrine dos sucessos do Império e alerta sobre os riscos que certos ideais significavam para comunhão nacional e sua integridade territorial. A Farroupilha, na narrativa de Araripe, buscava trazer como lembrança e memória, para o povo brasileiro, o caráter benéfico e agregador da ação do governo monárquico do Império sobre as demais províncias.

Ao passo que a obra de Assis Brasil evidenciou a intenção política de associar sua narrativa aos ideais republicano e federalista, além de delimitar, para o Rio Grande do Sul e sua população, lugar de vanguarda, antecipação e clarividência na luta por autonomia política regional, traduzida no conceito de federação, o qual, nas décadas finais do XIX era visto por determinados atores como ponto fundamental das reformas em pauta. Para Assis Brasil, a construção da narrativa daquela experiência histórica deveria permitir a rememoração do primeiro momento daquela luta, vinculando-a, como herança, à província sulina e a seu povo, ponto que conformaria a *cultura histórica* riograndense até os dias de hoje.

Definida por Fernando Sanchez Marcos como "[...] el modo concreto y peculiar en que una sociedad se relaciona con su pasado."⁴³, a *cultura histórica* é um sistema de representações que permite que uma sociedade, e os indivíduos que a compõem, relacionem o passado e o presente numa perspectiva coletiva de futuro, e que forneça valores definidos e definidores de um determinado espaço-tempo, que se somam à forma como esses indivíduos entendem a si mesmos, e logo, como constroem sua identidade.

Jörn Rüsen, por sua vez, afirma que os vínculos estabelecidos entre os indivíduos e seu passado, sua cultura histórica, estão diretamente ligados à experiência e interpretação do tempo praticada por esses mesmos indivíduos. Nas suas palavras:

La cultura histórica se refiere por tanto a una manera particular de abordar interpretativamente el tiempo, precisamente aquella que resulta en algo como “historia” en cuanto contenido de la experiencia, producto de la interpretación, medida de orientación y determinación de la finalidad⁴⁴.

Nesse sentido, acreditamos que a produção e difusão de obras e narrativas historiográficas ocupam espaço privilegiado na formação das representações que uma sociedade tem de seu passado, por debruçarem-se sobre “‘eventos fundadores’ ou ‘acontecimentos marcantes’”⁴⁵, desenvolvendo chaves explicativas para as múltiplas interpretações a que os mesmos estão sujeitos na experiência social.

Antes de vir ser monumentalizada e transformada em referência de valores e práticas sociais, uma determinada experiência histórica experimenta constantes estágios de reelaboração, para que finalmente seja incorporada como conhecimento que orienta as relações de indivíduos e sociedades com seu passado, presente e futuro. Tais embates, em parte como disputas de memória, se dão também na arena da historiografia, aqui entendida como um dos espaços onde os projetos e planos de uso do passado são

⁴³ SÁNCHEZ MARCOS, F. **Cultura Histórica**. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em: 25/06/2010). P.01

⁴⁴ RÜSEN, Jörn. **Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia?**. *Cultura histórica*. Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, P. 03-26]. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. (acesso em 25/06/2010). P.06.

⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. P.40.

postos à prova da sociedade, um espaço onde versões podem ser formuladas e reformuladas de acordo com os interesses e expectativas de indivíduos e grupos em uma determinada temporalidade. A compreensão desses embates e disputas, segundo Sanchez Marcos, permite considerar

Los debates sociales sobre el pasado son sumamente relevantes, porque en ellos no está en juego un simple conocimiento erudito sobre la historia, sino la auto-comprensión de la comunidad en el presente y su proyección en el futuro⁴⁶.

Nesse aspecto, a história da historiografia configura-se como campo de investigação profícuo, no qual relações de força se materializam, ao autorizar, ou não, as versões e conhecimentos sobre experiências passadas que devem ser narradas e como devem ser lembradas. Ao pensar sobre a heterogeneidade e variação temporal do conhecimento histórico, podemos, em um primeiro esboço, afirmar que a historiografia sobre a Farroupilha, dividiu-se, grosso modo, em duas linhas de interpretação. Em uma delas figura a revolta fratricida, de grupos regionais que não compreenderam os problemas da nação, e quiseram, através da força, impor sua vontade sobre os demais, abandonando a comunidade nacional em seu momento de maior fragilidade. Na outra, entendem-se os ideais do movimento Farroupilha e de seus dirigentes como o momento principal de uma tradição de luta pela liberdade e, em alguns casos, pela república e pela federação brasileira, dada a associação – ainda que questionável por alguns⁴⁷ – dos ideais federalistas ao movimento. Tal divisão possuiu sua gênese nas duas primeiras e principais obras sobre a temática: as de Tristão de Alencar Araripe e de Joaquim Francisco de Assis Brasil, anteriormente comentadas. O embate criado por esses autores e por estas obras, no final do XIX, teve vida longa e não perdeu força nem no vasto debate existente na década do centenário do movimento Farroupilha (1935).

⁴⁶ SÁNCHEZ MARCOS, F. (2009). **Cultura Histórica**. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em: 25/06/2010). P.03.

⁴⁷ Aponta-se, em alguns casos, que a presença do ideal esteja associada à identificação com o movimento de independência Norte-Americano ou mesmo com a Revolução Francesa, no entanto, a maior parte dos autores apontam sua imposição como fruto de um posicionamento político específico de uma pequena parcela do grupo rebelde, levada à tónica principal por Antonio de Sousa Neto, quando da ausência do líder principal Bento Gonçalves da Silva, preso na Bahia, e sabidamente monarquista convicto. Cf.: FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985; GRIJO, Luiz Alberto & NEUMA, Eduardo Santos. *O continente em Armas: uma historia da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010; LAYTANO, Dante de. *Historia da Republica Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983; etc.

Mais do que a produção e difusão das obras, a relação que uma sociedade estabelece com seu passado perpassa a apropriação que esta mesma sociedade faz dos modelos explicativos desenvolvidos pela historiografia. Apropriação, que por sua vez, caracteriza os diferentes usos e interpretações que uma sociedade faz de seu passado. Para Chartier “a apropriação [...] visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”⁴⁸.

Podemos identificar nas obras de Tristão de Alencar Araripe e Assis Brasil materiais para a difusão de estratégias de memória que servem à fixação de uma determinada *visão do passado*⁴⁹, com usos políticos bem delimitados. Fernando Sánchez Marcos argumenta também que essa *visión del pasado* que as sociedades possuem é preconizada por uma *cultura histórica* que é [...] um proceso dinámico de diálogo social” e que por ele “[...] se difunden, se negocian y se discuten interpretaciones del pasado. La cultura histórica de una sociedad abarca, por tanto, múltiples narrativas y distintos enfoques, que pugnan por imponerse socialmente⁵⁰.

Nesse sentido, acreditamos que a construção de uma cultura histórica riograndense passa diretamente pela construção da Farroupilha como experiência memorável daquela população. Especialmente por intermédio da produção historiográfica e da literatura regional, a Farroupilha iria se consolidar como experiência significativa da sociedade riograndense, consolidando-se como experiência chave da identidade local. Nesse cenário, a obra *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil, rendeu fortuna crítica considerável.

Ainda que as intenções de Assis Brasil se demarquem entre a necessidade de resposta dos homens do Sul à obra de Araripe e ao uso político em defesa dos ideais republicanos e federalistas, sua narrativa impõe uma necessidade de lembrança. E nesse sentido, a narrativa de Assis Brasil permite a comemoração dos fatos e acontecimentos

⁴⁸ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989. P. 68.

⁴⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007. P.15.

⁵⁰ SÁNCHEZ MARCOS, F. (2009). *Cultura Histórica*. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em: 25/06/2010). P.03.

daquele movimento permitindo a rememoração do mesmo e pondo-os em espaço privilegiado frente às transformações vivenciadas nas décadas finais do XIX.

Já a nota introdutória do livro anunciava essa necessidade ao apontar que o objetivo da obra era “comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul”:

O Club [sic] Vinte de Setembro, composto dos estudantes republicanos riograndenses da Faculdade da São Paulo, mandou imprimir esta obra para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul, no seu 47º aniversário, 20 de setembro de 1882⁵¹.

Tal necessidade comemorativa comporta não só o movimento Farrapo, mas também a singularização da sociedade riograndense, no sentido de permitir a visualização de um dos eventos que, a partir dali, seria cristalizado e comemorado como fundador de uma tradição que Joseph Love (LOVE, 1975) concebeu como “*culto da liberdade*”. Esta tradição foi e é experimentada no âmbito da cultura histórica, que por sua vez conformou e, em certa medida ainda conforma, a cultura política regional do Rio Grande do Sul.

Terminada “a revolta beligerante”, a narrativa da história dos Farrapos permite um constante estágio de rememoração dos eventos. A relativa proximidade da publicação da obra de Assis Brasil ao ano de fim da revolta, 1845, deu uma espécie de toque final ao tom por vezes dramático da narrativa em questão, tendo em vista que cinquenta anos não foram suficientes para apagar as lembranças de protagonistas de uma guerra tão devastadora. Do mesmo modo que a deflagração de um novo conflito – “Guerra do Paraguai” -, em 1864, em grande em parte envolvendo as fronteiras sulinas, sustentou, ainda mais, a presença dos fantasmas e a necessidade das honrarias que o passar dos anos fixou por um forte processo de construção histórica e historiográfica. E mesmo hoje, ao riograndense não é dado esquecer suas batalhas nem curar suas feridas, é necessário lembrar e viver.

Entendemos que a obra *História da República Riograndense* representa parte de uma estratégia de propagação do que deveria ser a memória da Farroupilha, associada ao projeto reformista da geração de 1870. E, nesse sentido, entendemos que,

⁵¹ BRASIL, Assis. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882. P. V.

enquanto narrativa, tenham influenciado direta e indiretamente na construção da cultura histórica riograndense, como esta se apresenta na atualidade. Reconhecida sua recorrência junto ao restante da produção historiográfica⁵² e identificando a permanência da linha de interpretação por ela apresentada, em maior ou menor escala, junto às demais obras, podemos dizer que essa obra teve um valor fundamental na propagação do movimento Farroupilha e na construção do espaço valoroso dedicado a ele pelos que gostam de partilhar a identidade de gaúchos⁵³. Um sentimento tão forte de interesse que, não só se mantém vivo como também se alastrou pelo restante do país, ao ponto de gerar obras buscando o entendimento (ainda que para difamação) do tema. Sentimento este que perduraria por gerações e que acreditamos ter sido aprofundado a partir de uma ação política de consolidação da “estrutura temporal da história passada”⁵⁴ empreendida em parte, pela historiografia nacional e em parte pela historiografia regional, que ao longo dos anos esforça-se em debater o ideário político, as causas, os personagens centrais e, em especial, as consequências da guerra.

Cotejar esta obra, seu conteúdo e as estratégias políticas ali contidas com as demais produzidas sobre o tema – em especial a de Araripe – nos autoriza a conceber a existência de um debate político, onde a história era tida como espaço de discussão de projetos quanto aos rumos para a nação naquele fim de século XIX. Projetos em campo e planos na mesa, os espaços de divulgação para as ideias no conturbado momento das décadas finais do XIX eram diversos e a produção historiográfica configurava-se como *locus* privilegiado pelo simbolismo que possibilitava, ao vincular os debates do presente aos feitos do passado.

⁵² Que também pode ser notada na sua inclusão nos quadros bibliográficos das maiores obras do tema ao longo do século XX. Cf: MARTINS, José Salgado. **Breve História das Ideias no Rio Grande do Sul (sec. XIX e princípios do atual)**. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1972; SPALDING, Valter. **A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980; VARELA, Alfredo Augusto. **História da Grande Revolução**. Porto Alegre: Globo, 1933. Vol. 1-5; etc.

⁵³ Referimo-nos aqui à Semana Farroupilha. Festividade instituída em 1947 e oficializada em 1964, no qual a população do Rio Grande do Sul dedica uma semana inteira à celebração do movimento, encerrando-se no dia 20 de setembro como feriado estadual. Cf: Festejos Farroupilhas. Apresenta o histórico e temática das comemorações dos festejos a Semana Farroupilha. Disponível em: www.semanafarroupilha.com.br/historico_semana.ph (acesso em: 04/04/2008).

⁵⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2007. P.43.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Ângela. Apropriações de Ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARARIPE, Tristão Alencar. **Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881.
- BRASIL, Assis. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882..
- BROSSARD, Paulo. **J. F. de Assis Brasil**. Brasília: Senado federal, 1989.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- FESTEJOS FARROUPILHAS**. Apresenta o histórico e temática das comemorações dos festejos a Semana Farroupilha. Disponível em: www.semanafarroupilha.com.br/historico_semana_ph (acesso em: 04/04/2008).
- FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GRIJO, Luiz Alberto & NEUMA, Eduardo Santos. **O continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010
- HOLLANDA, Cristina Buarque de (org). **Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2007.
- LAROUSSE, 1978, Vol. 02: 560.**
- LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense (1835-1845)**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.
- MARTINS, José Salgado. **Breve História das Ideias no Rio Grande do Sul (sec. XIX e princípios do atual)**. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1972.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RAUSCH, Fábio & HOHLFELDT, Antonio. **Jornal A Federação, o difusor da propaganda republicana gaúcha**. In: Revista Signos, ano 28, nº1, p.7-27, 2007.

Disponível

em:

http://www.univates.br/files/files/univates/editora/arquivos_pdf/revista_signos/ano28_n1_2007/2_Jornal_A_Federacao_ok.pdf. Acesso em: 01/03/2013.

RÜSEN, Jörn. (2009). **¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia?**. Cultura histórica. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). Historische Faszination. Geschichtskultur heute. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, P. 03-26]. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. (acesso em 25/06/2010).

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001.

SÁNCHEZ MARCOS, F. (2009). **Cultura Histórica**. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em 25/06/2010).

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007.

SILVA, Bento Gonçalves da. Manifesto de 25 de Setembro de 1835. “In”: BRASIL, Assis. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981.

SPALDING, Valter. **A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

TAPAJÓS, Vicente & TÓRTIMA, Pedro. **Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros: Vol. 4- Sócios falecidos entre 1881/1920**. Rio de Janeiro: IHGB, 1993.

VARELA, Alfredo Augusto. **História da Grande Revolução**. Porto Alegre: Globo, 1933.